Visita à Escola da Ponte - 04.junho.2012 – 11h
Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário
RELATÓRIO

Mandato do Grupo de Trabalho

Promoção da reflexão e do debate em torno dos currículos dos ensinos básico e secundário.

Objetivo das visitas a escolas

Visitar estabelecimentos de ensino que desenvolvam currículos alternativos, associados à autonomia da escola - tendo-se escolhido um público e um privado - para se contactar com a realidade dos mesmos e dos seus agentes educativos e fazer o levantamento dos principais problemas e das dificuldades com que se debatem nesse âmbito, bem como das experiências em curso.

Delegação de deputados

Maria José Castelo Branco (PSD – Coordenadora), Maria Ester Vargas (PSD), Acácio Pinto (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Rita Rato (PCP).

Delegação da Escola

A Gestora da Escola, Professora Eugénia Tavares e Coordenadores dos núcleos de projeto da escola, o Presidente e a Vice-presidente da Associação de Pais, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila das Aves e a vereadora da Área da Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Apresentação da Escola

A **Escola da Ponte** situa-se em Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto.

A Gestora da Escola, acompanhada dos restantes, fez inicialmente uma apresentação genérica da mesma, referindo que desenvolvem um projeto específico desde 1976, com práticas educativas que se afastam do modelo tradicional, em que não existem salas de aula no sentido clássico, mas sim espaços de trabalho com recursos educativos. O **Projeto educativo** "Fazer a ponte" estrutura-se em 3 núcleos de projeto (Iniciação, Consolidação e Aprofundamento), que contemplam a educação básica de 9 anos. Salienta-se ainda que não têm jardim-de-infância.

Atualmente têm cerca de 170 alunos, do 1.º ao 9.º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, tendo 2 alunos com 16 anos e 1 com 17. Têm cerca de 25 alunos com necessidades educativas especiais. A Escola começou em 1976 apenas com o

1.º ciclo e em 2003 foi objeto de uma avaliação externa positiva, na sequência da qual o projeto foi alargado ao 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. O projeto, assente em valores como o da Solidariedade e Democraticidade, orienta-se segundo vários princípios, os quais são responsáveis pela criação de uma grande diversidade de dispositivos pedagógicos. No seu conjunto, estes suportam toda a dinâmica de trabalho e promovem uma autonomia responsável e solidária, exercitando permanentemente o uso da palavra como instrumento autónomo da Cidadania.

Referiu que verificando-se algumas insuficiências a nível das instalações que ocupam, foram estabelecidas várias parcerias de utilização de espaços com outras estruturas de Vila das Aves, nomeadamente a Escola Secundária, o Centro Cultural e a Junta de Freguesia. Entretanto, está a ser ultimada a construção de uma nova escola na freguesia de S. Tomé de Negrelos, com ensino do 1.º ao 9.º ano de escolaridade e que se pretende que acolha também o projeto educativo "Fazer a Ponte".

Ao ser-lhes dado conhecimento do projeto arquitetónico dessa nova escola, verificaram que a mesma não reunia condições para o projeto "Fazer a Ponte", sendo que este exige áreas de trabalho amplas e espaços específicos. Nessa sequência, foram feitas alterações às instalações e prevê-se agora que o processo de deslocação ocorra em Setembro, no início do próximo ano letivo. As 2 escolas (ambas do 1.º ao 9.º ano de escolaridade) não partilharão integralmente as instalações, porque existe um pavilhão destinado, exclusivamente, ao desenvolvimento deste projeto. Apenas alguns espaços serão partilhados e os responsáveis da Escola da Ponte entendem que se comprometerá a gestão diária deste projeto.

A Gestora da Escola referiu que a mesma tem um problema com a manutenção da equipa educativa, referindo que tem 29 professores na totalidade, sendo 4 docentes de carreira e os restantes 25 contratados e que nunca são colocados no início do ano letivo, porque a proposta de equipa é remetida à aprovação do Secretário de Estado da Educação (de acordo com o Contrato de Autonomia) e a reposta tem sido extremamente tardia, o que compromete de forma irreparável a preparação do início do ano letivo. Por outro lado, salientou que esta situação tem como consequência que, de acordo com o modelo em vigor, não haja na escola professores do quadro suficientes para fazerem a avaliação de desempenho de todos os professores contratados. Referiu ainda que, até à data, tem sido encontrada uma forma que contemple, ainda que parcialmente, o previsto no Contato de Autonomia e a legislação em vigor.

Mencionou que todos os professores cumprem o mesmo horário, estando o currículo distribuído por 6 dimensões curriculares. A polivalência funcional dos orientadores educativos é posta em prática nas diferentes estruturas educativas (Dimensões, Núcleos e Responsabilidades).

Informou que neste momento a Escola tem praticamente capacidade de resposta para a procura e entram cerca de 20 alunos por ano. Salientou que seguem os alunos no ensino secundário, de forma empírica, dado não existirem estudos concretos nesta área, salientando que, apesar de já não serem alunos da Escola da Ponte, continua a existir uma relação afetiva com os mesmos.

Tendo sido equacionada a semelhança deste projeto com o movimento da escola moderna, a Gestora da Escola referiu que este é um projeto de cariz semelhante, nos princípios que defende e em alguns dispositivos de monitorização e avaliação, embora seja o único que contempla a organização uniforme de toda uma unidade orgânica.

Salientou ainda que em 2009 houve negociações para a revisão do **Contrato de autonomia**, não tendo sido concluídas, por falta de resposta da administração.

Pela sua especificidade, a Escola tem numerosas visitas, nacionais e estrangeiras (mais de 998 em 2011), assim como projetos de investigação, mestrados, doutoramentos e participação em comunicações e seminários nacionais e internacionais.

Visita à Escola

Após esta apresentação inicial, foi feita uma visita global à Escola, de que foram guias 2 alunos muito jovens, tomando-se contacto com os espaços de trabalho, os dispositivos, os recursos utilizados e as metodologias de funcionamento.

Desenvolvimento da forma de funcionamento da Escola e diálogo com todos os agentes educativos

Após a visita, a Gestora da Escola e a restante equipa fizeram uma apresentação em power point em que indicaram os órgãos de gestão da escola, os 3 núcleos (iniciação, consolidação e aprofundamento) e referiram vários elementos do funcionamento, a saber:

1. Existe um currículo objetivo, que resulta do currículo nacional e um subjetivo, resultante do próprio aluno e da sua história;
2. Há planos quinzenais de trabalho;
3. Estão implementados dispositivos pedagógicos, que facilitam a autonomia dos alunos;
4. Os professores são orientadores educativos, sendo a última pessoa a quem se recorre. Os alunos vão inscrevendo as suas indicações nos dispositivos de "preciso de ajuda" ou "eu já sei" e o professor pode depois fazer uma aula direta, partindo daquilo que os alunos já sabem;
5. Não há gestão por anos escolares, existindo flexibilidade do currículo e podendo haver num mesmo espaço (sala) alunos formalmente matriculados no 1.º, 2.º e 3.º ciclos;
6. Têm obrigatoriedade de realização de exames nacionais. Entendem que, nesta realidade, os mesmos não fazem sentido, dado que é uma avaliação extemporânea, redutora e momentânea, uma vez que avalia todos, ao mesmo tempo, e sobre o mesmo assunto, quando lhes é possível realizar uma avaliação contínua e muito para além do currículo nacional.

De seguida a deputada Rita Rato (PCP) referiu a posição do seu Grupo Parlamentar contra os exames como forma de avaliação e em relação aos alunos com necessidades educativas especiais, defendeu que devem fazer exame de escola e não nacional.

A Gestora da Escola sintetizou como principais preocupações as seguintes: a falta de estabilidade da equipa educativa, as dificuldades resultantes da autonomia e as novas instalações.

Concretizou que têm uma autonomia difícil, porque estão sempre a negociar tudo, nomeadamente a nível da equipa. Por outro lado estão obrigados a utilizar as plataformas informáticas do Ministério, mas a Escola não encaixa nas mesmas, atenta a sua especificidade, resultando daí várias dificuldades na inserção dos dados. Defendeu que seria desejável que se acreditasse na Escola e se monitorizasse o seu acompanhamento, sendo depois responsabilizados (autonomia ligada à responsabilidade), realçando que neste momento, não obstante a sua autonomia, estão regidos pelos mesmos normativos.

Um dos vários exemplos é a distribuição do leite escolar, que está prevista, apenas, para alunos do 1.º ciclo, quando por uma questão de igualdade (de acordo com o projeto "Fazer a Ponte"), o leite deveria ser distribuído a todos.

Os representantes da Associação de Pais referiram depois que, mediante resolução do Conselho de Pais, órgão máximo da Escola, estes deliberaram, por unanimidade, que não irão para as novas instalações, em S. Tomé de Negrelos, posição que já comunicaram à DREN e ao Ministério, referindo que a comunidade de lá não os aceita e as instalações não são adequadas, salientando que pode estar em causa o fim do Projeto da Escola da Ponte.

O Presidente da Junta de Freguesia da Vila das Aves referiu que a Câmara Municipal de Santo Tirso nunca falou com a respetiva freguesia, enquanto a freguesia de S. Tomé de Negrelos já se manifestou sobre a situação. Também entende que o projeto tem sido prejudicado, eventualmente por razões políticas. Mencionou que a Junta de Freguesia tem ajudado o projeto da Escola da Ponte de acordo com a sua pouca capacidade financeira. Salientou ainda que há críticas ao projeto, mas também muita gente que o louva, informando que muitos alunos não são de Vila das Aves.

O deputado Acácio Pinto (PS) esclareceu que o mandato do Grupo de Trabalho é de natureza curricular e é nesse âmbito que se insere a visita à Escola da Ponte. Salientou que estes projetos são importantes a nível do sistema, mas não são generalizáveis no âmbito nacional. Perguntou depois se o currículo autónomo adotado, além do currículo nacional, tem tido bons resultados e se os pais gostam que os alunos venham para esta Escola ou se há muitos que não querem.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o espaço físico se interrelaciona com o desenvolvimento/evolução do projeto. Mencionou que as plataformas informáticas não devem inviabilizar o sistema e que a autonomia deve envolver avaliação e responsabilização, tendo questionado qual é a forma de avaliação do projeto.

A deputada Ester vargas (PSD) realçou o facto de o projeto estar centrado nos alunos, ajudando-os a serem autónomos e referiu o grande envolvimento dos pais, que são parte integrante do projeto. Mencionando que se regista um grande enfoque na cidadania e questionou se tal facto se reflete na comunidade onde os alunos estão inseridos.

A deputada Maria José Castelo Branco referiu a sua posição contra um modelo uniforme em todas as turmas e um modelo pedagógico único, tendo mencionado também que há outros

modelos curriculares específicos e que a autonomia gera mais responsabilidade. Realçou ainda que a Escola da Ponte é um projeto consolidado.

A Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso referiu que a Carta Educativa do Conselho é de 2007 e dado que a freguesia de S. Tomé de Negrelos tinha 5 escolas pequenas e a Escola da Ponte pretendia ter pré-escolar, foi deliberado, em articulação com a DREN, construir naquela freguesia uma nova escola, para incluir os 2 projetos, racionalizando os recursos disponíveis. O projeto arquitetónico foi desenvolvido sem audição das escolas, mas foi depois adaptado em função das indicações dadas, para incluir a Escola da Ponte. Referiu ainda que a Câmara quer que a Escola da Ponte arranque com novas instalações em Setembro, no início do próximo ano letivo.

A Gestora da Escola referiu que aguardam as decisões em relação às novas instalações. No que respeita ao percurso profissional dos alunos depois da saída da escola, referiu que não há nenhum estudo científico sobre o assunto, mas que, por exemplo, muitos estão implicados nas associações de alunos das escolas. Salientou que muitos alunos são oriundos de um nível socioeconómico desfavorecido, à semelhança de muitas outras escolas públicas e que uma possível saída é o ensino profissional ou superior. Sabe-se que têm tendência para se implicarem nas áreas da participação e cidadania e quando vão para outras escolas questionam muito o diretivismo do professor, verificando-se que quando têm oportunidade propõem formas de participação e lideram trabalhos em grupo.

Em relação à avaliação do projeto salientou que o contrato de autonomia prevê uma Comissão de Acompanhamento do Projeto, que nunca foi constituída.

Na sequência da referência ao ratio n.º de alunos/verso n.º de professores, referiu que os professores nunca são substituídos por professores vindos de fora, procedendo-se a uma reorganização no caso da ausência de professores, mesmo no caso de períodos mais longos, como na licença de parentalidade, assim como não existe redução de horário. Salientou ainda que os professores, independentemente do nível de ensino a que pertencem, fazem todos o horário das 8h30 às 16h15, assegurando, rotativamente, o Apoio ao Estudo até às 18h, horário que tem de ser aceite pelos mesmos.

A delegação almoçou depois no refeitório da Escola, com os responsáveis da mesma, os responsáveis da Associação de Pais e o Presidente da Junta de Freguesia da Vila das Aves.

Vila das Aves, 04 de junho de 2012

A assessora da comissão
Teresa Fernandes